

PDS recua: quer agora as anistias na Carta

BRASÍLIA — O representante do PDS nas negociações com a Liderança do PMDB, Deputado Bonifácio de Andrada (MG), informou ontem que o seu partido defende a manutenção no texto constitucional da anistia aos micro, pequenos e médios empresários, da anistia fiscal e da estabilidade dos funcionários públicos. Isto representa um recuo da proposta apresentada à Liderança do PMDB, na última reunião de negociações, num documento conjunto das Lideranças do Governo, PFL e PDS.

Bonifácio de Andrada participou de praticamente toda a reunião das Lideranças, no gabinete do Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim (RS), quando foi lido o documento com as reivindicações do Governo, PFL e PDS. Naquele encontro, Jobim informou que aceitava a supressão das anistias e da estabilidade do funcionalismo. Embora admitindo que o PDS constava como autor destas reivindicações no documento entregue ao PMDB, Bonifácio afirma agora que seu partido tem, nestes pontos, uma posição diferenciada do PFL e do Governo.

Sarney lista pontos que pretende mudar

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney atendeu a sugestão do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, e encaminhou ontem, através dos Ministros Ronaldo Costa Couto, da Casa Civil, e Ivan de Souza Mendes, do SNI, uma relação dos pontos que deseja alterar no segundo turno, alguns deles já avaliados pelo PMDB. A lista, de 61 itens, inaugura uma nova relação do Governo com a Constituinte.

Ulysses, que durante um telefonema, na quinta-feira, tinha sugerido a Sarney que enviasse as propostas do Governo à Constituinte, obteve uma resposta rápida. Ele recebeu pela manhã em sua casa uma relação analisada das emendas passíveis de supressão, contendo o parecer do Líder do PMDB, Nelson Jobim das propostas que serão acatadas pelo Partido e daquelas em que a posição do PMDB pela manutenção do dispositivo é irreversível.

Esta lista foi entregue a Jobim pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que depois de tomar conhecimento da posição da Liderança do PMDB, remeteu o parecer ao Planalto. As conversas dos Ministros Costa Couto e Ivan Mendes com Ulysses giraram em torno dos pontos

em que o PMDB se colocou de forma irredutível.

Segundo Sant'Anna, Jobim não vê chances de negociar alguns artigos considerados cruciais pelo Governo, tais como: o repasse de 60 por cento do PIS — cerca de 1,2 bilhões de dólares — e de 80 por cento dos recursos do Finsocial para custear a seguridade, e o voto aos 16 anos. Sant'Anna revelou que o próprio Ulysses defende a supressão do direito de voto aos 16 anos, e por isso a questão deverá ser revista.

O Líder do Governo informou ainda que o PMDB concorda com a supressão da moção de censura aos Ministros de Estado (art.52) e das anistias fiscal e para microempresários e produtores rurais (arts. 53 e 54 das Disposições Transitórias). Também já está acertada a supressão do dispositivo que permite que o servidor público opte, quando for se aposentar, pelo regime de contratação que o beneficie mais, além do tabelamento, em 12 por cento dos juros bancários.

Neste caso, o mais provável é que o Governo aceite a contra-proposta do PMDB, que fixa o princípio do tabelamento e remete para a legislação ordinária o valor percentual.

'Não adianta sonhar, vamos trabalhar'

BRASÍLIA — “Não adianta sonhar. Vamos trabalhar com os pés no chão dentro da nova realidade”. Esta foi a orientação transmitida pelo Presidente Sarney aos Ministros Prisco Vianna e José Reynaldo, ao Líder Carlos Sant'Anna e ao Deputado Expedito Machado, que retomaram, na noite de quinta-feira, as articulações para a atuação do Governo no segundo turno de votações da Assembleia Nacional Constituinte.

A reunião ocorreu no Palácio da Alvorada, depois que Sarney recebeu os pedidos de demissão dos Ministros Celso Furtado e Luiz Henrique. O grupo iniciou uma revisão das emendas supressivas que devem merecer o empenho do governo para serem aprovadas pela Constituinte. Sarney já não pensa em sair vitorioso nos 45 pontos inicialmente considerados prioritários.

Segundo Expedito Machado, a primeira dificuldade do governo será a de identificar os pontos sobre os quais será possível conseguir a unidade do grupo governista.

Vice da CEE reitera crítica à Constituinte

BRASÍLIA — O Vice-Presidente da Comunidade Econômica Européia (CEE), Karl-Heinz Narjes, disse ontem que as críticas que fizera, no começo da semana, à Constituinte, por restringir a presença do capital estrangeiro no País, refletem as queixas dos industriais europeus em relação ao clima de incerteza que está sendo gerado pelo projeto de Constituição. Segundo Narjes, a Constituinte pode submeter o Brasil a um isolamento internacional se não respeitar as regras do jogo mundial:

— Existem muitos investidores europeus que querem investir e transferir conhecimento técnico para o Brasil. Mas são pessoas que só agirão se entenderem muito claramente as regras do jogo.

O Vice-Presidente da CEE observou que todos os técnicos com quem conversou no Brasil concordam com este ponto: “O único problema parece ser político”.

Narjes, em visita oficial ao Brasil foi recebido ontem pelo Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré. Ele acrescentou que suas críticas têm o sentido de evitar uma redução dos investimentos estrangeiros no País.

— É muito importante analisar as consequências de qualquer legislação. Gostaria de lembrar que na Eu-

ropa mesmo a nacionalização em escala pequena criou uma série de distúrbios e problemas — disse o Vice-Presidente da CEE.

Karl-Heinz Narjes afirmou que vivemos em um mundo de interdependência crescente, com transferência de alta tecnologia e informações. Há a necessidade, segundo ele, de proteger a propriedade intelectual e evitar a pirataria de patentes, marcas registradas e programas de computação.

— Qualquer incerteza a respeito da propriedade intelectual vai gerar impacto imediato. Primeiro, a nível de produtos individuais a serem transferidos para o Brasil. Segundo, em relação ao clima geral de investimentos.

O Vice-Presidente da CEE mostrou-se surpreso com a repercussão negativa, junto ao Itamaraty, de suas declarações.

— Eu restringi minha análise a problemas de interesse do Brasil e vi que quase todas as autoridades brasileiras concordavam comigo na minha análise — frisou, evitando plemitizar com o Secretário-Geral do Itamaraty, Paulo de Tarso Flecha de Lima, que na terça-feira rebateu as críticas do Vice-Presidente da CEE dizendo que elas eram “uma grosseira inaceitável”.